

1ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI/RJ

A **Dra. Roberta Lima Carvalho**, MMa. Juíza Federal da 1ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ, **FAZ SABER**, a todos quanto possam interessar que será realizado leilão público pela Leiloeira **TASSIANA MENEZES**, nos termos deste **EDITAL DE LEILÃO**, abaixo estabelecidos:

PROCESSO nº: 0000575-63.2010.5.01.0241- Ação Trabalhista.

EXEQUENTE: DEBORAH SA RODRIGUES, CPF: 100.359.577-43;

EXECUTADOS:

- **CENTRO CLÍNICO SANTA CRUZ LTDA - ME**, CNPJ: 03.874.312/0001-12, na pessoa do seu representante legal;
- **VITACOR - TERAPIA INTENSIVA LTDA - ME**, CNPJ: N/C, na pessoa do seu representante legal;
- **PEDRO VINICIUS PEREIRA SIMÃO**, CPF: 989.948.247-15;
- **ESPÓLIO DE PEDRO THEOPHILO MELO SIMÃO**, CPF: 049.956.947-49, na pessoa dos seus herdeiros, **PEDRO VINICIUS PEREIRA SIMÃO**, CPF: 989.948.247-15; **HILMA SOELI DA SILVA FREITAS**, CPF: 086.694.987-90; **ROSE-MARY PEREIRA SIMÃO**, CPF: 874.390.777-68;
- **GUILHERME ERTAL DE PAULA FREITAS**, CPF: 281.949.007-78;
- **MARCELO SAVIO DA SILVA MARTINS** CPF: 823.486.777-68;

INTERESSADOS

- **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO DE JANEIRO;**
- **SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA DO RIO DE JANEIRO;**
- **5ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI/RJ**, autos n. 0001680-63.2010.5.01.0245.

TASSIANA MENEZES

1º LEILÃO: Dia **13/09/2024**, às **14:00hs**. **LANCE MÍNIMO: R\$ 71.900,00**. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção ao:

2º LEILÃO: Dia **20/09/2024**, às **14:00hs**. **LANCE MÍNIMO: R\$ 35.950,00**, correspondente a **50%** do valor da avaliação.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: **VEÍCULO AUTOMOTOR MARCA HONDA, MODELO CIVIC EXR**, ano fabricação 2013, ano modelo 2014, cor cinza, placa KPH-4343, RENAVAL 515209465, CHASSI 93HFB9670EZ106653.

CONSTA DO AUTO DE AVALIAÇÃO (ID. e45d65e): Em funcionamento.

ENDEREÇO DO BEM: Avenida Roberto Silveira, n. 349, Apt 1901, Icaraí, Niterói/RJ.

ÔNUS: A **PENHORA** do bem encontra-se no ID. e45d65e dos autos. Em pesquisa realizada em 19/08/2024, há **débitos fiscais** no valor total de R\$ 345,42. Consta, ID. 8a9b438, **PEDIDO DE RESERVA DE CRÉDITO** derivado dos autos n. 0001680-63.2010.5.01.0245, da 5ª Vara do Trabalho de Niterói/RJ.

DEPOSITÁRIO: Marcelo Sávio da Silva Martins, coexecutado. **Avaliação:** R\$ 71.900,00, em setembro de 2023.

Débito da ação: R\$ 74.000,00, em janeiro de 2012, a ser atualizado até a data da arrematação.

I - OBRIGAÇÕES E DÉBITOS: O bem será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação. As despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens, correrão por conta do arrematante. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os débitos fiscais, os quais serão sub-rogados pelo preço da arrematação (art. 130, *caput* e parágrafo único, CTN).

II - PUBLICAÇÃO DO EDITAL E LEILOEIRO: O edital, com fotos e a descrição detalhada do bem a ser apregoado, será publicado na rede mundial de computadores, no portal www.tassianamenezes.com.br (art. 887, §2º, do CPC), local em

que os lances serão ofertados, e será conduzido pela Leiloeira Oficial, **Sra. Tassiana Menezes de Melo**, matriculada na JUCERJA nº 216, na MODALIDADE ELETRÔNICA.

III - DA DURAÇÃO DO LEILÃO: Os leilões terão duração de 20 minutos após os horários estabelecidos nos tópicos acima. Caso haja lance no certame, o sistema, de forma automática, prorrogará por mais 03 minutos para que haja a possibilidade da disputa.

IV - PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: **a) À VISTA:** Por meio de guia de depósito judicial, no prazo de até 24hs, após o encerramento do leilão, que deverá ser depositado à disposição do Juízo em conta judicial na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732, a ser emitida pelo Leiloeiro e enviada por e-mail ao arrematante, sendo que o pagamento à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, CPC); **b) PARCELADO (art. 895, CPC):** As propostas para pagamento parcelado devem atender aos requisitos da lei e devem ser enviadas antes do início de cada pregão para a Leiloeira, no e-mail contato@tassianamenezes.com.br, a serem apreciadas diretamente pelo MM. Juízo; e, **c) PELOS CRÉDITOS (art. 892, §1º, CPC):** se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exhibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará a diferença, no prazo de 3 dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação.

V - COMISSÃO E SEU PAGAMENTO: A comissão da Leiloeira será de 5% sobre o valor da arrematação, no prazo de 24hs após o encerramento do leilão, que **não** está incluído no valor do lance, por meio de **depósito judicial**, que deverá ser depositado à disposição do Juízo em conta judicial na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência nº 2732. Se houver desistência da arrematação, a comissão será devida à Leiloeira. Se houver acordo após a juntada do edital, é devida a comissão de 2,5% à Leiloeira sobre o valor acordado, a cargo das partes, a título de compensação pelos trabalhos realizados. Caso haja remição ou cumprimento da obrigação, o devedor que remiu ou cumpriu a obrigação arcará com a comissão de 2,5% devida à Leiloeira sobre o valor remido ou pago.

V - FALTA DE PAGAMENTO: O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão da Leiloeira, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante, podendo este ser impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897, CPC), bem como obrigado a pagar o valor da comissão devida à Leiloeira, conforme aqui estabelecido.

VI - CIENTIFICAÇÃO: Para fins do quanto disposto no art. 889, e seu parágrafo único, do CPC, ficam cientes as partes, seus respectivos cônjuges ou companheiros, e interessados acima informados ou não, os quais não poderão alegar desconhecimento diante de sua publicidade no sítio eletrônico informado.

Todas as regras e condições gerais de venda do bem e do Leilão estão disponíveis no Portal www.tassianamenezes.com.br.

Este certame é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 16.548/1932 e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.

Não constam comunicado nos autos demais débitos, recurso ou causa pendente de julgamento sobre o bem imóvel penhorado até a presente data.

Eu, _____, diretor(a), conferi.

Niterói, 19 de agosto de 2024.

Dra. Roberta Lima Carvalho

Juíza Federal